

PARA ONDE VAI A DEMOCRACIA? A RUPTURA DO VÍNCULO DEMOCRACIA-REPÚBLICA NA ERA NEOLIBERAL

Autor de
correspondência:
Pinar Bedirhanoglu
eflani@metu.edu.tr

Pinar BEDIRHANOĞLUⁱ 

Cenk SARAÇOĞLUⁱⁱ 

Recebido: 17 fev. 2026
Aprovado: 12 set. 2026

https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2026.v6.188

Copyright: Artigo de
acesso aberto, sob os
termos da Licença
Creative Commons (CC
BY-NC), que permite
copiar e redistribuir,
remixar, transformar e
criar a partir do trabalho,
desde que sem fins
comerciais. Obrigatória a
atribuição do devido
crédito.



Resumo

O texto trata da discussão sobre a categoria democracia e sua relação com a ideia de "república" no contexto neoliberal atual. O argumento central se sustenta sobre o terreno comum do conteúdo republicano do Estado burguês moderno a partir de duas seções. Na primeira seção tentaremos explicar por que definimos a crise atual não como uma crise da democracia ou como uma ruptura com a democracia liberal, mas sim como o expurgo da democracia do seu conteúdo republicano — por outras palavras, a "dessubstanciação da democracia". Na segunda parte do artigo, chamaremos a atenção para como a dinâmica de classe e política que levou à identificação da ideia de Estado com uma instituição democrática republicana dentro do desenvolvimento histórico do capitalismo foi radicalmente transformada desde a década de 1970 sob a influência de políticas neoliberais que visam os ganhos históricos do trabalho contra o capital, e argumentaremos que essa mudança histórico-mundial está por trás da atual dessubstanciação da democracia.

Descritores: Política; Modernidade; República; Autoritarismo; Dessubstanciação.

ⁱOrta Doğu Teknik Üniversitesi – ODTÜ, İktisadi ve İdari Bilimler Fakültesi, Uluslararası İlişkiler Bölümü. Ankara, Türkiye.

ⁱⁱAnkara Üniversitesi – AU, İletişim Fakültesi, Gazetecilik Bölümü. Ankara, Türkiye.

WHERE IS DEMOCRACY HEADED? THE BREAKDOWN OF THE DEMOCRACY-REPUBLIC LINK IN THE NEOLIBERAL ERA

Resumen: Este texto analiza la categoría de democracia y su relación con la idea de «república» en el contexto neoliberal actual. El argumento central se basa en el punto común del contenido republicano del Estado burgués moderno en dos secciones. En la primera parte, intentaremos explicar por qué definimos la crisis actual no como una crisis de la democracia o de la democracia liberal en general sino como la depuración de la democracia de su contenido republicano; en otras palabras, la «desustanciación de la democracia». En la segunda parte del artículo, destacaremos cómo las dinámicas de clase y políticas que llevaron a la identificación de la idea de Estado con una institución democrática republicana, dentro del desarrollo histórico del capitalismo, se han transformado radicalmente desde la década de 1970 bajo la influencia de las políticas neoliberales dirigidas a las conquistas históricas del trabajo frente al capital, y argumentaremos que este cambio histórico mundial está detrás de la actual desustanciación de la democracia.

Descriptores: Política; Modernidad; República; Autoritarismo; Desustanciación.

¿HACIA DÓNDE SE DIRIGE LA DEMOCRACIA? LA RUPTURA DEL VÍNCULO DEMOCRACIA-REPÚBLICA EN LA ERA NEOLIBERAL

Abstract: This text discusses the category of democracy and its relationship to the idea of "republic" in the current neoliberal context. The central argument rests on the common ground of the republican content of the modern bourgeois state on two sections. In the first section, we will try to explain why we define the current crisis not as a crisis of democracy or liberal democracy in general but as the purging of democracy of its republican content—in other words, the "desubstantiation of democracy." In the second part of the article, we will draw attention to how the class and political dynamics that led to the identification of the idea of the State with a republican democratic institution within the historical development of capitalism have been radically transformed since the 1970s under the influence of neoliberal policies aimed at the historical gains of labor against capital, and we will argue that this world-historical shift is behind the current desubstantiation of democracy.

Descriptors: Politics; Modernity; Republic; Authoritarianism; Desubstantiation.

INTRODUÇÃO

O declínio da democracia, desdemocratização, a ascensão das democracias iliberais, autoritarismo competitivo *etc.*: essas expressões, que se tornaram cada vez mais difundidas tanto como observações quanto como termos no período em que vivemos. São usadas para descrever como as instituições, operações e estruturas que definem a democracia como um estilo de governo não funcionam de forma a garantir prosperidade, liberdade e igualdade. Mesmo as pessoas mais otimistas não podem mais torcer o nariz para a observação de que a democracia está em uma crise **global** nos últimos 20 anos. Isto porque vários sinais surgiram: o declínio gradual nas taxas de participação nas eleições, que é um dos procedimentos indispensáveis da democracia, especialmente nos países capitalistas avançados; o fracasso dos partidos políticos em cumprir a escolha apresentada pela esmagadora maioria do povo no referendo, como na Grécia em julho de 2015; o fracasso de uma emenda constitucional, que foi apresentada como a chave para a transição para uma democracia avançada e aprovada por referendo, em produzir o resultado exatamente oposto, abrindo caminho para um **regime de um homem só**, como na Turquia em 2010. Em países como os Estados Unidos da América – EUA e a Índia, frequentemente elogiados por suas democracias profundamente enraizadas, líderes e partidos de direita que chegaram ao poder por meio de procedimentos e processos democráticos que estão atacando a igualdade de direitos de cidadania; na Itália, agitadores de direita que apelam aos medos mais urgentes do público, ou proprietários de empresas com poder financeiro e de mídia estão formando partidos compostos apenas por eles mesmos, usando seu próprio poder de manipulação e a subsequente aplicação de procedimentos democráticos para se levarem ao poder; e, nos parlamentos dos países, partidos populistas de direita que ganharam representação eleitoral estão expressando ideias racistas, fascistas e misóginas – que foram rejeitadas, pelo menos em princípio, e marginalizadas da esfera política formal na era pós-Segunda Guerra Mundial. Todos esses desenvolvimentos apontam para o paradoxo de que os cidadãos estão sendo privados de participação

e autonomia política, os elementos definidores da cidadania, em decorrência de suas próprias escolhas. Além disso, a vontade dos eleitores, considerada um elemento fundador da democracia, produz consequências que a paralisa. Mais impressionante ainda, todos esses desenvolvimentos estão ocorrendo em muitos países em condições em que as instituições e os processos democráticos continuam a funcionar.

Estamos atravessando uma **crise da democracia** e ela não é nova nem exclusiva de nossa época. Ao longo do século XX, um período de convulsões tão intensas que Eric Hobsbawm¹ o rotulou de **era dos extremos**, os fervorosos defensores da democracia temiam pelo futuro, enquanto aqueles que se opunham às formas liberal-burguesas de democracia se engajavam em um acerto de contas fundamental com ela. Para alguns pensadores do período, o problema era que, mesmo que os processos democráticos formalmente concedessem aos cidadãos direitos políticos iguais, eles eram incapazes de produzir resultados verdadeiramente igualitários devido à existência de enormes desigualdades de poder social e econômico e à natureza anestesiante de uma sociedade de massas consumista.^{2,3} Em comparação com esses debates que questionam a própria razão de ser e as limitações da democracia, a atual **crise da democracia** — apesar da falta de consenso sobre sua definição — ocorre em um contexto político altamente interessante, onde a democracia é globalmente reconhecida como uma virtude.⁴ Wendy Brown,⁵ ao afirmar que: “A democracia é mais popular hoje do que nunca na história, mas nunca foi tão escorregadia como conceito e nunca foi tão vazia em seu conteúdo”,⁵⁽¹⁾ aponta exatamente para essa situação. A ironia dessa situação é que mesmo os líderes mais ‘autocráticos’, acusados de minar a democracia, afirmam ser os verdadeiros democratas, acusando seus oponentes políticos de não serem suficientemente democráticos e, em seguida, retribuindo a acusação.

Por outro lado, ao contrário de épocas anteriores, a avaliação de que a democracia está em crise hoje não é feita apenas por intelectuais céticos ou por certos movimentos marxistas que veem a democracia liberal como um meio de ocultar a dominação burguesa. Representantes do

establishment democrático liberal na política, tecnocratas em organizações políticas/humanitárias ou instituições financeiras internacionais também lamentam o fato de líderes autoritários populistas antidemocráticos serem levados à política e ao poder por meio de mecanismos democráticos e chegam a argumentar que precisamos de um novo contrato social.^{6,7} A queixa não é mais que as instituições e os procedimentos democráticos sejam inerentemente uma farsa ou que tenham sido corroídos por tendências autoritárias. Embora os mecanismos democráticos continuem a funcionar e as instituições continuem a existir, eles não desempenham mais a função de estabelecer “ordem contra a incerteza do destino”⁸⁽²²⁾ e gerar consentimento — em outras palavras, eles **param de funcionar**^{a,8}. As instituições e os processos democráticos atuais não permitem a resolução, muito menos o reconhecimento, de questões como a destruição ecológica, o combate à pandemia e a gestão dos movimentos de migrantes e refugiados, que afetam toda a humanidade e também prejudicam o funcionamento dos mercados capitalistas, como problemas comuns às sociedades. O fato de instituições e processos oficialmente funcionais, como o parlamento, as eleições e os partidos políticos, não terem produzido quaisquer resultados socialmente benéficos, mas serem persistentemente chamados a superar a crise da democracia, é outra manifestação da crise. Consequentemente, a crise democrática atual é vivenciada como um processo contraditório no qual a democracia, como ideia e estrutura institucional, é aceita como um valor compartilhado pela humanidade, mas o solo sob essa estrutura está sendo cada vez mais esvaziado pelo próprio funcionamento dos processos democráticos.

Então, quais poderiam ser as razões para o esvaziamento da democracia hoje ou para a perda de funcionalidade das instituições e processos democráticos existentes? Definir a situação atual com termos como “declínio”, “redução”, “deterioração” ou “diminuição” pode não ser suficiente para compreender a especificidade histórica da crise. Embora

^aO indicador mais marcante que revela que os representantes da ordem estabelecida reconheceram coletivamente que esta é uma **questão** global foi o apelo do Fórum Econômico Mundial para A Grande Reinicialização enquanto a pandemia da Covid-19 continuava destacando as inconsistências, inadequações e contradições dos atuais **mecanismos de governança**.

não tenhamos um exemplo histórico que incorpore um projeto democrático ideal trans-histórico, que transcenda o tempo e o espaço, ou o “objetivo” de uma sociedade virtuosa,⁹ e visto que a noção de democracia não se “baseia em uma compreensão consensual da vida boa e das virtudes que ela acarreta”,¹⁰⁽²¹³⁾ a questão sobre a que essas definições se referem é crucial. Caso contrário, ignora-se que muitos dos modelos esquemáticos em que essas definições se baseiam foram desenvolvidos com inspiração em uma democracia liberal ocidental idealizada, e que o próprio fato de as democracias ocidentais estarem em crise hoje mina diretamente esses modelos^{b.11} Além disso, esses modelos, focados em países individuais, não respondem à questão do porquê estamos enfrentando uma crise global da democracia que abala simultaneamente muitos países. As limitações dessas abordagens decorrem de sua visão da democracia^{c.12} como uma **entidade trans-histórica**, isolada das estruturas sociais e, especialmente, das relações e lutas de classe que a tornaram possível e a moldaram ao longo da história.¹²

Quando nos voltamos para as abordagens marxistas, que, diferentemente das abordagens tradicionais, tentam analisar o processo atual dentro de uma estrutura de classe, vemos que elas se concentram em processos como o crescente domínio do Executivo sobre o Legislativo ou o uso mais direto e explícito da força diante da oposição de classe, buscando identificar as principais tendências da crise e desenvolver termos apropriados para essas tendências.¹³ A volumosa literatura que emergiu desse esforço, com sua ênfase nas relações de classe dentro do capitalismo contemporâneo e, em particular, nas orientações do capital, fornece importantes pontos de partida que nos permitem avaliar a especificidade da atual crise da democracia em escala global. Apesar disso, uma limitação significativa dessa literatura é que, ao conceituar a crise política/ideológica atual dentro de estruturas de debate como autoritarismo, populismo e fascismo, ela tende a assumir que a democracia liberal, tal como institucionalizada nas sociedades capitalistas ocidentais, é

^bPara uma comparação e crítica dessa modelagem, veja Tilly.¹¹

^cPara um estudo que problematiza as limitações dos debates sobre democracia dominante a esse respeito, com foco na Turquia, veja Bedirhanoglu.¹²

a forma estatal do capitalismo em condições normais e o projeto de hegemonia ideal da burguesia. Nesses comentários, a democracia é discutida principalmente como uma forma de governo que a burguesia instrumentaliza para ocultar e sustentar a dominação de classe em condições normais, e que só pode atingir seu verdadeiro conteúdo com o socialismo.

Quando se argumenta que a atual crise política/ideológica está sendo tentada a ser administrada por meios excepcionais, com referência a uma ruptura com formas políticas anteriores, a democracia liberal de estilo ocidental se torna um referencial dado, um tipo ideal, na determinação da terminologia com a qual a situação política atual deve ser diagnosticada (fascismo, autoritarismo neoliberal, estatismo autoritário, pós-fascismo, populismo de direita *etc.*). Em outras palavras, as ferramentas históricas e de classe empregadas na análise do fascismo, autoritarismo neoliberal, estatismo autoritário ou populismo de direita não são empregadas na análise da democracia liberal, que é implicitamente aceita como a forma política ideal do capitalismo; assim, a transformação da democracia liberal dentro do desenvolvimento do capitalismo e das lutas de classes não é incluída na análise. Dito nisto, os conceitos de fascismo, autoritarismo neoliberal, estatismo autoritário, pós-fascismo *etc.* Não negamos o valor dos debates marxistas existentes em torno desses termos, nem ignoramos o fato de que essas ferramentas analíticas também são empregadas para descrever desenvolvimentos contemporâneos em Estados capitalistas ocidentais.^{14,15,16} Nosso ponto aqui é que a democracia liberal, que é implicitamente aceita como referência, se não afirmada, nessas discussões, também deve ser historicizada, e que a especificidade da crise democrática atual não pode ser compreendida sem que isso seja feito.

Para fornecer uma análise alternativa que possa superar essas limitações, é necessário considerar como podemos entender a crise da democracia que estamos vivenciando dentro de seu contexto global e sem idealizar a democracia liberal. Ronaldo Munck,¹⁷ um dos poucos escritores marxistas que fez da democracia liberal um objeto de análise por direito

próprio, argumenta que a democracia contemporânea banuiu todos os projetos políticos alternativos fora da economia de mercado da esfera política e impôs as demandas do regime de acumulação neoliberal à esfera política. Ele caracteriza a situação atual como a **despolitização da política**. Colin Crouch,¹⁸ que tenta demonstrar que as eleições de hoje se tornaram uma ferramenta para manipular as classes mais baixas em favor da classe capitalista, que os principais partidos políticos são meros agentes dessa manipulação e que os cidadãos em geral são espectadores passivos desse espetáculo, argumenta que estamos no limiar de uma era pós-democrática. Descrevendo o processo atual como o esvaziamento da democracia, Alison Ayers e Alfredo Saad-Filho¹⁹ enfatizam que os desenvolvimentos que abriram caminho para os monopólios financeiros impõem disciplina total aos estados, instituições democráticas e cidadãos empurraram as questões econômicas para fora da esfera política democrática.

O reconhecimento de que esta crise, que ocorre simultaneamente em diferentes geografias com conteúdo e intensidade variados, é global, convida-nos a questionar os determinantes históricos que partilham um terreno comum entre as diferentes práticas ou regimes estatais atuais. Neste artigo, argumentaremos que esse terreno comum é **o conteúdo republicano do Estado burguês moderno**. No entanto, é preciso enfatizar que não conceptualizamos este conteúdo republicano na mesma categoria e plano que **regimes** como a monarquia constitucional, a democracia parlamentar e o autoritarismo, mas sim que consideramos a **democracia republicana** como uma forma de Estado histórico-mundial que imbui todos estes diferentes regimes com uma substância semelhante^d. Neste contexto, na primeira secção seguinte, tentaremos explicar por que definimos a crise atual não como uma crise da democracia ou da democracia liberal em geral, ou como uma ruptura com a democracia liberal, mas sim como o rompimento do vínculo entre a pretensão de ser uma república e as instituições e procedimentos democráticos, o expurgo da democracia do

^dNeste artigo, utilizamos o conceito de **substância** para discutir a relação entre república e democracia não como uma realidade absoluta e trans-histórica, mas como um valor ou substância que confere uma qualidade normativa (ético-política) ao fenómeno ao qual está associado e que se sustenta pela propriedade compartilhada. Como será discutido em detalhes nas secções seguintes, esse próprio processo de propriedade é historicamente estabelecido por meio de lutas de classes.

seu conteúdo republicano — por outras palavras, a **dessubstanciação da democracia**. Na segunda parte do artigo, chamaremos a atenção para como a dinâmica de classe e política que levou à identificação da ideia de Estado com uma instituição democrática republicana dentro do desenvolvimento histórico do capitalismo foi radicalmente transformada desde a década de 1970 sob a influência de políticas neoliberais que visam os ganhos históricos do trabalho contra o capital, e argumentaremos que essa mudança histórico-mundial está por trás da atual dessubstanciação da democracia.

A ESSÊNCIA REPUBLICANA DA DEMOCRACIA MODERNA

Antes do capitalismo, e nos primeiros séculos em que o capitalismo se desenvolveu no seio das lutas políticas e de classes multifacetadas do feudalismo europeu, não havia consenso intelectual ou social de que a fonte da soberania era o povo e que a forma ideal de governo em que ela se manifestaria era a democracia. Pelo contrário, a democracia era frequentemente percebida como o despotismo de turbas ignorantes, uma forma corrupta de governo. O renascimento da ideia de democracia a partir do final do século XVIII, com um conteúdo diametralmente oposto a essa perspectiva, e sua ampla expansão como uma norma definidora do Estado, foi possível não pela autorrealização de um ideal universal, mas sim pela ruptura histórica republicana que marcou aquele século — em outras palavras, pela recontextualização da democracia por meio de uma compreensão republicana do Estado. A visão de Montesquieu sobre a democracia como um sistema que só poderia funcionar em pequenas comunidades políticas, como cidades-Estado, diferentemente dos revolucionários americanos que o inspiraram, e sua afirmação de que a forma mais ideal de Estado que poderia impedir o despotismo, usando o exemplo da Inglaterra, era a monarquia constitucional,²⁰ refletem a atmosfera política geral que prevalecia na Europa antes dessa ruptura.

O acontecimento mais significativo que levou a essa ruptura republicana no século XVIII foi a Revolução Francesa, que fruiu plenamente, social e universalmente, a coragem política proporcionada pela Revolução

Americana em sua luta contra o despotismo. No entanto, para compreender o significado histórico dessa ruptura, é necessário transcender a Revolução Francesa daquela cuja história é escrita exclusivamente pelas lentes da burguesia francesa. De fato, na maioria das narrativas históricas tradicionais e críticas, a revolução é interpretada como o produto da busca da burguesia por uma nova compreensão da soberania que legitimasse sua dominação de classe diante das pressões das instituições, mentalidades e centros de poder feudais, por um lado, e das massas cada vez mais mobilizadas, por outro. Acredita-se que o princípio republicano de que a dominação privada e arbitrária do soberano ou de um grupo específico sobre as pessoas deve acabar e que a liberdade e a justiça só podem ser alcançadas dessa maneira²¹ se baseia na incompatibilidade da burguesia com a velha ordem baseada em privilégios e hierarquias feudais e seu desconforto decorrente de sua incapacidade de conquistar um espaço respeitável para si mesma dentro dessa ordem.

Não há dúvida de que essa posição de classe ambivalente da burguesia desempenhou um papel crucial no curso da Revolução Francesa.²² Além disso, os processos multifacetados de transformação social, política e econômica que marcaram o período complicam imensamente a dinâmica histórica desencadeada pela Revolução Francesa. No entanto, o que é frequentemente ignorado em tais interpretações é que, durante o processo revolucionário, as massas pobres, camponesas e trabalhadoras, em busca das promessas universais da revolução, mobilizaram-se de forma perigosa e sem precedentes e foram atraídas para a política. É certamente reconhecido que essa mobilização social, no curso dos acontecimentos, provocou o fim da Assembleia Legislativa estabelecida após a derrubada do rei e abriu caminho para o governo jacobino radical, mas a influência fundadora dessa mesma mobilização na forma nacional republicana que o Estado assumiu na França durante o longo processo revolucionário que durou até a derrota de Napoleão na guerra contra as monarquias europeias em 1815 raramente é discutida. No entanto, a dinâmica histórica que rapidamente impulsionou a França revolucionária da monarquia constitucional para a república, desta

para a oligarquia e o Império Napoleônico, transformou politicamente todos esses diferentes regimes nessas flutuações e, por fim, estabeleceu o Império Napoleônico como um império **republicano** e nacional moderno, foi essa presença irreversível nas políticas das classes trabalhadora e pobre. Esses diferentes regimes podem ser considerados tentativas de governança empregadas pelas classes dominantes da época para absorver e controlar a pressão social vinda de baixo. Ao longo do extenso processo revolucionário, a presença persistente das classes baixas na política e nas ruas, juntamente com o exército cidadão, a fraternidade francesa e a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, foi inscrita e perpetuada na existência formal do Estado francês, transformando-o com um conteúdo republicano. Essa foi uma ruptura histórica tão significativa que os regimes políticos estabelecidos na França ou no exterior após a revolução só poderiam existir se se engajassem nessa essência republicana.

Neste ponto, lembrar os princípios fundamentais da democracia republicana – a substância histórica que compartilhou as diversas formas de regime que surgiram e foram remodeladas na esteira da Revolução Francesa, como o parlamentarismo, o presidencialismo, o semipresidencialismo ou a monarquia constitucional – e explicar por que atribuímos um valor substantivo a esse conteúdo republicano é essencial para uma compreensão adequada dos argumentos fundamentais do artigo. No pensamento republicano personificado pela Revolução Francesa, o que se opunha à dominação arbitrária/privada e se acreditava superá-la era definido como a vontade geral, em cuja formação se esperava que cada cidadão compartilhasse. Apesar das distinções reais de classe em curso, as pessoas que se uniram como cidadãos no parlamento, nas eleições, perante a lei e no campo de batalha durante o processo revolucionário foram, portanto, igualadas e **irmanadas** no sentido de serem criadoras e portadoras da vontade geral. Essa compreensão republicana institucionalizou e disseminou a legitimidade, até mesmo a necessidade, das intervenções sociais do Estado-nação – a expressão da vontade popular e de sua soberania – para impedir a dominação arbitrária do

privado. Em essência, essa missão atribuída ao Estado está no cerne do republicanismo^e.

O conteúdo republicano, historicamente articulado na democracia durante a Revolução Francesa, deriva seu valor substantivo do impacto transformador e revitalizante que uma prática de igualdade que abrangesse todos os cidadãos teve sobre as massas trabalhadoras e da esperança que incutiu em uma **transformação** para melhor. Em outras palavras, o pensamento republicano e o institucionalismo dotaram a democracia de uma qualidade universalmente adotável, dotando-a de substância intelectual e moral. O arcabouço ético-político ancorado pelo republicanismo conferiu à democracia, que surgira como um mecanismo de dominação da maioria numérica/quantidade e que anteriormente fora incapaz de transcender além de uma técnica de negociação entre elites, uma superioridade **qualitativa** sobre todas as outras formas de regime. Os princípios, instituições e mecanismos democráticos liberais que emergiram até então adquiriram uma justificação ético-política graças a essa substância republicana e foram reconstituídos com essa substância. A nova justificativa para esses princípios pode ser resumida da seguinte forma: as eleições são essenciais para o funcionamento da república, e todos que vivem e trabalham em um país devem participar delas. Pois, se o Estado pertence ao povo, não a Deus, a uma dinastia, a uma família ou a um grupo, somente o povo pode decidir como ele será governado, e a vontade geral só pode se manifestar por meio de eleições. Uma vida política multipartidária e organizações civis são necessárias, pois somente aqueles que se envolvem com os assuntos públicos e participam livremente da vida político-pública podem ser verdadeiramente cidadãos. No entanto, a união de cidadãos que se envolvem ativamente em questões políticas/públicas que afetam a sociedade como um todo e intervêm quando necessário pode ser chamada de **povo**. Um parlamento representado por partidos políticos é essencial, pois proporciona dissuasão, supervisão e intervenção contra

^eEssa compreensão pode ser vista como uma tensão/contradição com os princípios fundamentais do liberalismo, que vinculam a liberdade humana à não **interferência**. Como demonstraremos nas seções seguintes, o neoliberalismo, em certo sentido, representa uma resolução dessa tensão em favor do **liberalismo**.

aqueles no poder que priorizam o poder pessoal/privado e o interesse próprio em detrimento do bem geral da sociedade. Em uma democracia integrada ao republicanismo e a esses princípios, fica claro que a **autogovernança** do povo tem um significado que vai além da simples eleição de seus líderes^{f.9}

Sandel²³ define, portanto, a soberania popular como a vontade dos povos, unidos pela cidadania, de moldar conjuntamente o destino do país/povo, contemplando um bem comum. A formação de tal consciência cívica e comunitária exige que cada cidadão possua um nível mínimo de conhecimento sobre os assuntos públicos que dizem respeito à sociedade como um todo e possua uma virtude que priorize o bem público sobre seus próprios interesses individuais ou de grupo. Independentemente de quanto isso se reflita na prática, a adoção discursiva/simbólica de tal estrutura pelas instituições oficiais e aparatos ideológicos do Estado conferiu significado ético/político a instituições e procedimentos democráticos como eleições, partidos políticos e parlamento, impondo aos atores políticos a responsabilidade de basear suas ações e escolhas no bem público. A própria existência discursiva de tal responsabilidade impôs certos limites ao domínio arbitrário/absoluto da nova classe capitalista em ascensão sobre a vida pública. A subsequente reapropriação dessa substância ético-política republicana, que emergiu com a Revolução Francesa, em diferentes geografias e em diversas lutas políticas — como as revoluções de 1830/1848, a Comuna de Paris, as revoluções latino-americanas, a Revolução Haitiana ou a Turquia na década de 1920 — levou a uma transformação histórico-mundial na governança política do capitalismo. A essa leitura histórica, deve-se acrescentar também o processo contraditório da forma moderna de Estado republicano sendo apropriada pelo *establishment* ocidental como um modelo político que

^fSamons,⁹ criticando a idealização da democracia como regime, expressa sua crença de que as melhores características tradicionalmente associadas ao Estado democrático moderno advêm da cidadania e do Estado de Direito, ambos inerentemente distinguíveis da democracia.⁹ Esses elementos, que Samons⁹ argumenta derivarem dos aspectos positivos da democracia, mas que têm uma história independente dela, estão no cerne da ideia republicana. Como ele sugere, a relação entre os valores republicanos modernos e a democracia não se resume à simples adição de certos elementos republicanos positivos à democracia. O pensamento republicano e o institucionalismo conferiram à democracia uma qualidade e garantiram sua substância moral.

ênfatizava as **liberdades individuais** e exportada para outras partes do Ocidente em resposta à Revolução Bolchevique de 1917 e sua internacionalização. Em última análise, a dinâmica histórica dominante que elevou a questão da natureza pública do Estado, da década de 1790 à década de 1980, para além de uma responsabilidade discursiva, foi o envolvimento das massas trabalhadoras e empobrecidas na política, com suas energias destrutivas e constitutivas, suas demandas sociais^{9,24} e suas próprias tentativas de responder à questão de como definir a esfera pública^{h, 24,25}. O surgimento de exemplos socialistas reais no cenário mundial, alegando realizar esse ideal, tornou o estabelecimento da natureza pública do Estado no mundo capitalista um tema de conflito interestatal. A estrutura institucional republicana material do Estado, moldada durante a Revolução Francesa, transformou, portanto, não apenas as ruas, mas também o próprio Estado, em um local de luta após a revolução^{i, 11}.

Ignorar essa dinâmica de classe por trás da ruptura republicana criada pela Revolução Francesa na história mundial obscurece a relação entre capitalismo e democratização do capital, levando à identificação funcional da democracia moderna com o desenvolvimento do capitalismo na Europa e, politicamente, com uma perspectiva burguesa. Abordagens que aceitam, implícita ou explicitamente, a **democracia liberal** republicana

⁹Rudé²⁴ discute em detalhes o processo de transformação da Revolução Francesa de uma revolução burguesa para uma revolução popular por meio das lutas dos camponeses e dos *sans culottes*, que podem ser traduzidos como pessoas com panturrilhas nuas.

^hde 1917 e os experimentos de socialismo real que surgiram no mundo todo ao longo do século XX abriram uma nova página histórica na redefinição da natureza pública do Estado e reconsolidaram o capitalismo ocidental com base na democracia republicana moderna é outro importante tópico de discussão que não pode ser abordado adequadamente neste artigo.²⁵

ⁱNesse sentido, pode parecer apropriado para Charles Tilly¹¹ tentar avaliar o surgimento, a consolidação e/ou a dissolução das instituições democráticas (desdemocratização) das democracias modernas no contexto do capitalismo industrial e das relações Estado-cidadão. Por outro lado, Tilly¹¹ vê o Estado e os cidadãos como duas forças e sujeitos distintos que existem desde o início, são externos um ao outro e estão em conflito, e interpreta a democratização como um processo no qual o **Estado** é obrigado a dar e os cidadãos exigem e recebem. Ver esses dois como duas forças separadas e independentes com seus próprios interesses significa, além de muitas fraquezas metodológicas, assumir que o Estado e o cidadão/cidadania permanecem inalterados como centros de poder mesmo na **crise da democracia** em que vivemos. A estrutura de Tilly¹¹ vê a democratização como um processo no qual o Estado é obrigado a **agir** de acordo com as demandas dos cidadãos; Ele interpreta cada momento em que a democratização é revertida como a primeira se defendendo das ameaças da segunda na eterna luta pelo poder entre Estado e cidadãos.¹¹ No entanto, a cidadania e o Estado não são atores com existência eterna e interesses imutáveis, mas sim arenas de luta constantemente reconstituídas e recontextualizadas por meio de lutas sociais. Como mostraremos na próxima seção, a crise atual da democracia está relacionada à erosão da **cidadania**, que constitui a espinha dorsal da república dentro da crise global vivenciada pelo Estado.

como a forma ideal de Estado do capitalismo ignora o fato de que havia poucas dinâmicas sociopolíticas que teriam nutrido a normatização/idealização universal dessa forma de Estado antes do século XVIII. De fato, quer nos refiramos ao desenvolvimento histórico do capitalismo — quer consideremos as redes de comércio ultramarino construídas com base no trabalho escravo no século XIV, quer as relações feudais de produção que começaram a se desintegrar com os processos de desapropriação na Inglaterra do século XVI — não há substância ético-política que possa ser prontamente acolhida nos primeiros quatro séculos de administração política das relações capitalistas de exploração. Não há necessidade sequer de discutir a exploração brutal envolvida no desenvolvimento de um mercado mundial de comércio baseado no trabalho escravo. No entanto, pode ser confuso que a Inglaterra, berço das primeiras revoluções agrícola e industrial, que testemunhou histórias semelhantes de exploração implacável do trabalho, também tenha dado origem à monarquia constitucional e à Revolução Gloriosa. De fato, os livros de história tendem a considerar a regulação das relações de poder na Inglaterra por meio do direito consuetudinário e do parlamento, que também restringiam o rei, a partir do século XIII, **como** os primeiros passos no processo político que levou ao atual Estado democrático, governado pelo Estado de Direito. Contra tais interpretações, é importante lembrar que as práticas democráticas e jurídicas elitistas mencionadas acima eram meramente práticas honoríficas para os cavalheiros ingleses da época e, portanto, não é fácil derivar valores normativos que pudessem ser adotados pela humanidade em geral.²⁴ Supor que a prática moderna do Estado democrático teria surgido espontaneamente da tradição política inglesa sem a ruptura histórica **popular** — e assustadora — criada pela Revolução Francesa não é apenas ingênuo, mas também uma interpretação ideológica que serve para reproduzir relações capitalistas de exploração.

²⁴Uma interpretação semelhante pode ser feita da Revolução Americana, visto que os princípios fundadores expressos nos direitos humanos serviram para enfatizar os direitos soberanos das elites americanas em relação às elites britânicas, em vez de se basearem em um conceito geral de povo que transcende distinções de classe e raça. No entanto, é preciso dizer que a Revolução Americana merece uma análise mais detalhada para os propósitos da discussão aqui apresentada.²⁴

Consequentemente, não há relação linear ou complementar entre a monarquia constitucional ou as práticas estatais absolutistas que emergiram no desenvolvimento histórico do capitalismo na Europa e o Estado republicano do pós-Revolução Francesa. Pelo contrário, a definição do Estado em bases republicanas, isto é, em torno da afirmação da soberania popular, sob a influência da Revolução Francesa a partir do final do século XVIII, marca uma ruptura histórico-mundial crucial na gestão política das contradições de classe do capitalismo. O processo revolucionário na França abriu caminho para uma arena política completamente nova, na qual as amplas massas trabalhadoras, anteriormente disciplinadas apenas por práticas religiosas ou violência ostensiva, adquiriram uma nova identidade jurídica baseada na cidadania e, assim, tornaram-se iguais às classes altas perante a lei. A definição da mesma massa como **povo** e a declaração do verdadeiro dono da soberania protegida pelo Estado, e a reprodução dessa relação de propriedade e agência por meio de eleições gerais regulares e práticas parlamentares com a participação de todos os cidadãos, sem distinção entre ricos e pobres (ou, somente no século XX, homens e mulheres), lançaram as bases para a aparência neutra de classe dos modernos Estados **democráticos** de hoje.

Também é verdade que a essência republicana e os mecanismos democráticos nela incorporados também funcionam como ferramentas para pacificar a soberania popular em favor das classes altas, legitimando as relações capitalistas de produção ou, paralelamente à diversificação dos canais de acumulação de capital, absorvendo conflitos entre frações concorrentes e conflitantes do capital de forma a não perturbar a reprodução do capitalismo e harmonizá-los em torno de interesses comuns de longo prazo.²⁶ No entanto, isso não deve nos impedir de questionar seriamente o contexto histórico e social do conteúdo republicano do novo Estado capitalista e os princípios, instituições e processos a ele associados, como a cidadania, o Estado de direito e a vida pública. Esse conteúdo republicano moderno e a aparência de neutralidade de classe adquirida pelo Estado durante o desenvolvimento histórico do capitalismo na Europa

não são indispensáveis para o Estado capitalista; são o produto das lutas de classes, juntamente com todos os seus processos e instituições, bem como das mudanças, tensões e crises pelas quais passou. O conteúdo republicano moderno do Estado capitalista não é uma necessidade funcional para a acumulação de capital, nem pode ser associado exclusivamente às demandas das classes dominantes.

Portanto, esse conteúdo republicano não é uma extensão natural do capitalismo, nem uma consequência espontânea de sua lógica econômica, ou de trabalhadores libertos das amarras feudais e **libertados** que passam a vender sua força de trabalho **por vontade própria** no mercado capitalista. Trata-se de um arcabouço de direitos imposto pelas intensas lutas de classes que marcaram os séculos XVIII e XIX, abrangendo as demandas e conquistas das classes oprimidas^{k, 19, 27-29}. Portanto, o Estado democrático republicano moderno é, por um lado, um mecanismo político diretamente ligado à reprodução da dominação do capital devido ao seu conteúdo de classe e, por outro, um espaço de luta que historicamente encarna uma contradição inexorável, atuando como “uma expressão concreta e estrutura institucional das demandas da humanidade por igualdade e liberdade”.³⁰⁽¹⁵⁰⁾

A primeira coisa que esta análise alternativa nos diz sobre a compreensão da **crise da democracia** atual é que não é a democracia em geral, mas a democracia republicana que está em crise. Na próxima seção, relacionaremos a crise da democracia republicana ao extraordinário fortalecimento do capital sobre o trabalho pelas políticas neoliberais e destacaremos as tensões que essa mudança criou na materialidade

^kNa Europa, onde as relações capitalistas de produção derrubaram as relações feudais dominantes, tentamos completar uma discussão histórica ausente nas análises de autores como Wood,²⁷ Ayers e Saad-Filho,¹⁹ que enfatizam que o processo de separação entre economia e política, uma característica historicamente distintiva do capitalismo, não levou automaticamente à democracia republicana. Também tentamos completar uma discussão histórica ausente nas análises de autores como Wood,²⁷ Ayers e Saad-Filho,¹⁹ que destacam o papel fundador desempenhado pelas massas trabalhadoras na formação histórica do Estado capitalista. Nos termos de Archer²⁸ e Sayer,²⁹ a relação entre capitalismo e o Estado capitalista moderno não é “interna/necessária” ou que define apenas os Estados ocidentais; é uma relação “externa/contingente” e histórica moldada pelo curso das lutas de classes. Neste artigo, traçamos essa observação historicamente e destacamos as rupturas dentro desse processo contingente. Por outro lado, nosso ponto político neste artigo é que os caminhos da exploração capitalista e da democracia republicana, que se cruzaram histórica e contingentemente, também podem divergir historicamente. Essa divergência poderia levar a uma democracia liberal autoritária que abandone completamente a essência republicana, ou a um mundo completamente diferente, mais igualitário e livre, que historicamente completaria essa essência.^{19, 27, 28, 29}

institucional republicana moderna do Estado capitalista, com três séculos de existência.

NEOLIBERALISMO E A SUBSTANCIAÇÃO DA DEMOCRACIA

Da década de 1980 até a crise de 2008, o objetivo principal da política neoliberal parecia ser o fim do intervencionismo estatal, particularmente na esfera econômica. A devastação dessa retórica com os enormes resgates corporativos que se seguiram à crise de 2008 e, mais importante, o processo de neoliberalização, que se pretendia abrir caminho para a democratização, resultou em uma onda de autoritarismo que destruiu as esperanças em relação à democracia em escala global. Isso desencadeou um intenso debate sobre se o neoliberalismo havia chegado ao fim,³¹ se a crise atual era uma crise dentro do neoliberalismo ou uma crise do próprio neoliberalismo,¹³ ou se, o que tem sido discutido, como neoliberalismo era, até agora, liberalismo, e que sempre foi autoritário.³²

O neoliberalismo teve efeitos transformadores nas relações sociais capitalistas desde a década de 1980 e desencadeou mudanças políticas, ideológicas e econômicas em escala global. Ele pode ser considerado como (i) uma estratégia de acumulação de capital que surgiu e se disseminou em resposta à crise vivida pelo capitalismo na década de 1970;³³ (ii) como um projeto de classe que força o Estado a reestruturações políticas, ideológicas, administrativas e institucionais compatíveis com o capital e visa reempoderar politicamente as classes capitalistas;³⁴ (iii) ou, ainda, como o processo de construção de um novo bloco histórico em nível global. Quando avaliamos o neoliberalismo em termos das consequências de classe que atravessam todas essas transformações, podemos entendê-lo como “uma totalidade complexa de lutas políticas e de classe multifacetadas que visam destruir as conquistas históricas do [trabalho] em relação ao capital”.³⁵⁽²¹³⁾ Essa ênfase nos lembra que precisamos nos concentrar no que o neoliberalismo fez nos últimos quarenta anos, em vez do que está acontecendo com o neoliberalismo hoje. Responder a essa pergunta é essencial para explicar as razões da crise global em que a democracia republicana se encontra hoje.

Neste contexto, nossa primeira observação é que o neoliberalismo, ao longo dos últimos quarenta anos, tornou os trabalhadores cada vez mais desorganizados e vulneráveis, enfraquecendo significativamente sua capacidade de intervir na política e enfraquecendo-os,^{36,37} transformando assim **com sucesso** as relações sociais capitalistas em escala global e em consonância com as prioridades da acumulação de capital. É significativo que Panitch e Gindin³⁸ enfatizem que, entre as crises globais que o capitalismo tem experimentado desde o século XIX, a crise de 2008 não é a única desencadeada por lutas sociais centradas no trabalho. Apesar da retórica neoliberal sobre a necessidade de reduzir a presença do Estado nos processos econômicos, essa transformação foi implementada principalmente por meio de um processo implementado pelo Estado, empregando coerção, bem como relações de mercado. Nesse sentido, é crucial que, na década de 1970, em países latino-americanos como Chile, Uruguai, Brasil, Argentina e Turquia, que possuíam fortes organizações da classe trabalhadora e origens esquerdistas/socialistas, a resistência social que poderia ter impedido essa transformação tenha sido eliminada por meio de golpes militares apoiados pelos EUA. Como muitos exemplos semelhantes demonstram, o neoliberalismo foi implementado desde o início por meio do dismantelamento de instituições e mecanismos democráticos e da quebra forçada do poder dos trabalhadores.

É crucial para nossa análise histórico-mundial do neoliberalismo que iniciemos nossa discussão sobre suas consequências não com as políticas de liberalização financeira e comercial, privatização e desregulamentação implementadas mundialmente entre as décadas de 1980 e 2010, ou com as estratégias de declínio do Estado de bem-estar social, mas sim com a transformação histórica vivenciada diretamente nas relações trabalho-capital. Essa ênfase sugere uma análise diferente das abordagens críticas que reduzem o neoliberalismo, de forma restrita, ao abandono das práticas keynesianas do Estado de bem-estar social do pós-Segunda Guerra Mundial. O neoliberalismo, é claro, trouxe o fim do Estado de bem-estar social keynesiano por meio das políticas de mercado que impôs, particularmente em seguridade social, educação e saúde.³⁹ No entanto,

também é verdade que a infraestrutura para o neoliberalismo infligir essas devastações a partir da década de 1980 foi criada pelo mesmo Estado de bem-estar social, que confinou cada vez mais o poder de oposição das classes trabalhadoras ocidentais à esfera econômica. Em outras palavras, o estado de bem-estar social keynesiano domesticou a oposição de classe radical e militante mantida pelas massas trabalhadoras ocidentais até 1945. Essa oposição foi ainda mais fortalecida pelo crescente prestígio político dos partidos e movimentos socialistas/comunistas que lutaram contra o capitalismo ao longo do século XIX, traduziram o poder que conquistaram nas linhas de frente das guerras mundiais em demandas políticas e lutaram na clandestinidade para derrotar o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Localizou-o, atraindo-o para o sistema.²⁷ É correto dizer que o neoliberalismo, em vez de se opor fortemente às práticas do estado de bem-estar social, complementou esse efeito domesticador, iniciado na era keynesiana, nas relações trabalho-capital com novas práticas que aprofundaram a dominação do capital sobre o trabalho. Em outras palavras, o neoliberalismo, por um lado, é uma ofensiva de classe que, em termos de suas consequências políticas, reverte as políticas de redistribuição pró-trabalho que caracterizaram a era pós-1945 em favor do capital. Contudo, mais do que isso, o neoliberalismo é uma ruptura histórico-mundial que criou uma transformação qualitativa na absorção da oposição de classe antissistêmica travada pelo trabalho contra o capital desde o século XIX até depois de 1945.

Como o neoliberalismo^l corresponde a uma nova ruptura histórico-mundial na absorção do poder militante do trabalho, inquebrável pela Ordem de Viena do século XIX, pelo nacionalismo, pelas guerras mundiais ou pelo fascismo, complementando o processo iniciado pelo Estado de bem-estar social keynesiano^{m,40} é necessário enfatizar o papel crítico e transformador desempenhado pelos processos de liberalização financeira e financeirização, bem como pela coerção, nessa ofensiva de classe.

^lO tema central da conferência realizada em Viena após a derrota de Napoleão em 1815 foi como conter os efeitos devastadores da Revolução Francesa na Europa. Pode-se argumentar que o sucesso das monarquias europeias em evitar uma grande guerra entre si por quase um século foi uma estratégia moldada por essa preocupação.

^mPara uma discussão abrangente sobre como a financeirização é definida, veja Sawyer.⁴⁰

Questionando o fenômeno da financeirização diretamente em termos de sua relação com a crise das democracias ocidentais, Nölke⁴¹ argumenta que o extraordinário crescimento do setor financeiro hoje, sua crescente complexidade devido ao seu conteúdo técnico e sua aquisição de uma entidade interoperável e em rede interromperam tanto os processos democráticos de tomada de decisão quanto a implementação das decisões resultantes desses processos. Segundo Nölke,⁴¹ o setor financeiro, inerentemente instável e capaz apenas de perseguir estratégias econômicas de curto prazo, tornou-se extremamente complexo e expandido, mas igualmente frágil. Graças à sua vastidão, complexidade e prevalência, obriga os Estados a absterem-se de esforços para regular a esfera financeira, a tomar decisões em consonância com os seus próprios interesses e a tornarem-se tecnocráticos com a ameaça de uma saída rápida da economia nacional, enquanto, por outro lado, parece exigir que os Estados transfiram grandes quantidades de recursos para não saírem dos processos de crise com grandes danos.

No entanto, como as condições para que os Estados se reproduzam econômica e politicamente também foram financeirizadas nesse processo, os Estados trabalhistas, em meio à fragilidade apontada por Nölke,⁴¹ são incapazes de estabelecer uma presença política que os obrigue a adotar políticas públicas contra o capital financeiro. Nesse ponto, é necessário ir além da visão da financeirização como uma relação **externa entre o Estado, o público e segmentos do capital financeiro e reconhecer que a financeirização é uma expressão do poder estrutural** que o capital estabeleceu sobre a totalidade das relações sociais capitalistas. Nesse sentido, é significativa a ênfase de Ben Fine⁴² de que as finanças agora transcenderam suas fronteiras tradicionais e permearam o processo de reprodução dos indivíduos e da sociedade. A manifestação mais concreta dessa ênfase é que as famílias pobres em quase todos os países do mundo, embora em graus variados, só conseguem sustentar suas vidas por meio do endividamento. Soederberg⁴³ define essa situação, em que o endividamento se tornou uma necessidade para a subsistência, em vez de políticas estatistas sociais, como **endividamento**, modificando o conceito

de **Estado de bem-estar social**. A relação entre as massas endividadas e os Estados, ainda mais endividados e confinados a um influxo regular de capital especulativo do exterior para financiar seus orçamentos e administrar as reações políticas das massas endividadas, não é, portanto, externa; é interna, inteiramente disciplinada pelo capital-dinheiro. Esse quadro aponta para o fato de que a exploração do capital é imposta pela disciplina do mercado capitalista e, portanto, torna-se estruturada. Sob essa disciplina estruturada do capital, o trabalhador do século XXI é um indivíduo socialmente atomizado e economicamente “financeirizado”,⁴⁴⁽⁹⁵⁾ separado de sua identidade coletiva de classe e práticas de solidariedade e seus horizontes individuais são limitados por sua posição como consumidor no mercado e pelas percepções de risco impostas pela **gestão da dívida** que adquire ao acumular dívidas. A financeirização, portanto, não é apenas uma mudança no processo de acumulação de capital ou um processo que altera a natureza visível do capital, mas também diz respeito à dominação direta do capital sobre o trabalho e sua manipulação da totalidade das relações sociais e das políticas estatais de forma a impedir que o Estado reproduza sua posição de neutralidade de classe.¹²

Outras dinâmicas intimamente relacionadas ao processo de endividamento que contribuíram para a perda de poder do trabalho em relação ao capital na era neoliberal incluem a maior flexibilidade dos mercados de trabalho, caracterizada por práticas de trabalho precárias, temporárias, de curta duração e remotas — que se tornaram cada vez mais arraigadas com a pandemia de Covid-19 —, a dissolução ou ineficácia dos sindicatos, a expansão do exército de reserva de trabalhadores devido à desintegração da população agrícola, a erosão paralela dos salários, o acréscimo de itens de despesa como educação, saúde, aposentadoria e a deterioração global da distribuição de renda.⁴⁵ Todas essas dinâmicas que alteraram radicalmente as condições de trabalho aprofundaram a dominação do capital sobre o trabalho estabelecida por meio do mercado capitalista e transformaram os trabalhadores em massas indefesas e vulneráveis diante da violência do mercado. O colapso da União Soviética

também teve um impacto significativo nesse processo, enfraquecendo as esperanças por alternativas.

Na era neoliberal, todas as relações sociais, incluindo o trabalho, foram submetidas ao controle do capital por meio da violência de mercado, aprofundada pela financeirização, levando a transformações concretas na institucionalização pública do Estado. Fiéis à definição de Hibou⁴⁶ de **privatização do Estado**, os aparatos de segurança interna e externa, que até a década de 1970 poderiam ser considerados o ápice das estruturas públicas e nacionais do Estado, estão se transformando em instituições muito mais diretamente vinculadas ao capital dentro dos processos neoliberais de privatização e privatização^{n,47-49} e os poderes regulatórios dos Estados são exercidos por meio de parcerias público-privadas com a participação ativa de representantes do capital.⁵⁰ Como na Itália, Bulgária, Grécia e República Tcheca, partidos políticos centristas, incapazes de oferecer qualquer alternativa à implementação de políticas abertamente antitrabalhistas sob a pressão dos monopólios financeiros, conseguem delegar a gestão dos recursos públicos a ministros tecnocráticos não eleitos que nomeiam diretamente para o gabinete quando chegam ao poder.^{19,51} Portanto, a questão foi muito além da privatização de empresas estatais antes de 1980 e começou a sinalizar uma mudança fundamental na qual a gestão política das relações de exploração capitalista por meio de uma visão neutra do Estado em termos de classe tornou-se cada vez mais difícil.

Nessas condições, as instituições e os processos fundamentais associados à democracia não podem sequer se tornar a arena de uma luta econômica entre trabalho e capital. Pois, os vários governos que chegam ao poder não têm mais a capacidade de implementar as políticas pró-trabalho que prometeram, nem têm o poder, a organização ou a plataforma para perseguir resolutamente as demandas das massas cujas expectativas foram frustradas. Mesmo que os trabalhadores reúnam suas forças e ajam coletivamente, a estrutura institucional neoliberal do Estado, redefinida em favor do capital, impede que as demandas trabalhistas se traduzam em

ⁿPara uma discussão sobre o que a privatização do aparato de segurança significa na transformação neoliberal do Estado, com foco na Turquia, veja Bedirhanoglu, Dölek e Hülalü.⁴⁷⁻⁴⁹

políticas estatais concretas, ou mesmo que as influenciem. O Estado, que antes afirmava **pertencer aos cidadãos** com seu conteúdo republicano, está se retraindo para um instrumento que atende às exigências do mercado de acordo com as regras estabelecidas globalmente pelo capital financeiro. Agora, baseia sua legitimidade não na ideia de **bem público**, mas em números de crescimento que criarão oportunidades de “progresso social” para cada indivíduo.³⁹⁽³⁸²⁾

Essas proposições oferecem pistas importantes sobre a natureza global e as fontes da crise da democracia em nosso tempo. As instituições republicanas democráticas operam hoje em uma situação em que as pressões sociais que forneceram a justificativa e a base para seu desenvolvimento foram dispersas e neutralizadas por meio de diferentes estratégias; em outras palavras, onde os valores republicanos fundadores carecem de uma contrapartida social. Hoje, o Estado não pode se apresentar como um instrumento público que representa o bem comum dos cidadãos; a ideia de um cidadão responsável que persegue o interesse público acima dos interesses singulares de certos indivíduos e grupos e que participa ativamente da vida pública⁸ não pode mais ser transmitida pelo aparato ideológico do Estado nem produzida nas ações de cidadãos individuais. A ideia de que todos na vida pública devem aderir a certos princípios éticos e políticos acordados, uma lei comum, para a manutenção da existência social está dando lugar à anomia do mercado.⁵² Estamos falando de referendos e eleições realizadas em condições em que a prioridade do interesse público, a consciência cívica, os valores éticos e políticos fundadores que se tornaram a Constituição e uma série de outros elementos republicanos foram erodidos assim como parlamentos e partidos políticos operando em um ambiente em que a ideia republicana se desvaneceu. Em suma, estamos falando de uma democracia despojada de sua essência republicana e tornada insubstancial.

Por outro lado, os protestos de rua militantes que eclodiram intermitentemente no Sul e no Norte globais desde a década de 1990, juntamente com a série de revoltas populares que emergiram em várias partes do mundo desde a crise de 2008, sugerem que essa situação pode

não permanecer sempre assim. Embora essas ações poderosas e massivas tenham falhado até agora em reverter o domínio do capital sobre as instituições democráticas, a direção da luta entre trabalho e capital, que ganhou novas dimensões com a pandemia de Covid-19, também é incerta neste momento crítico. Se o capital pode redefinir a forma política moderna do Estado, historicamente mundial, despojando a democracia de seu conteúdo republicano e se vingando de três séculos de seu passado, ou se as massas trabalhadoras lançarão as bases para um republicanismo radical que transcende todas as divisões de classe, raça, nacionalidade e gênero, isso será determinado pelas lutas sociais travadas de agora até amanhã.

EM VEZ DE UM RESULTADO: COMO SERIA A DEMOCRACIA SEM UMA REPÚBLICA?

A tensão entre a imagem **neutra em termos de classe** do Estado, juntamente com princípios como o **interesse público** republicano, a **cidadania igualitária** e a **igualdade perante a lei** e a tensão resultante entre a democracia e as relações de classe capitalistas, tudo isso não é exclusivo da era neoliberal. No entanto, ao longo do século XX, o espaço político aberto pelo poder da classe trabalhadora e a aparência neutra em termos de classe do Estado, historicamente estabelecida por meio das lutas de classes, deram às forças do polo do trabalho o poder de influenciar políticas distributivas, o que poderia estabelecer certos limites à busca do capital por lucro e expansão. Nesse sentido, a democracia republicana que trouxe as massas e suas demandas para o palco político, não apenas teve a capacidade de absorver as tendências radicais de oposição das massas, mas também de estabelecer limites ao poder capitalista e até mesmo abrir caminho para uma oposição radical.⁴ O neoliberalismo demonstrou grande sucesso em dismantelar completamente esses limites, estabelecidos com base em uma concepção republicana, em favor do capital. Se os princípios fundamentais da república são o fim da dominação arbitrária e desenfreada do homem sobre o homem e a libertação do homem como parte da vontade geral da qual ele é criador,²³ então o neoliberalismo desempoderou o trabalho e desencadeou completamente a dinâmica capitalista que

minaria esses princípios fundamentais, abrindo caminho para o rompimento completo do vínculo entre república e democracia. Portanto, o neoliberalismo representa a resolução, em favor do **liberalismo**, da contradição gravada no Estado burguês moderno entre a ideia republicana, que legitima a intervenção do **geral** (o Estado que representa o povo/nação e a vontade geral) para impedir a dominação do **privado** sobre o homem, e o princípio liberal que vincula a liberdade humana à **não interferência**. A dessubstanciação da democracia deve ser vista como um único e mesmo processo que a resolução dessa contradição pelo neoliberalismo em favor do liberalismo.

Portanto, o atual declínio dos partidos políticos devido à sua incapacidade de transmitir as demandas de suas bases de apoio ao poder, a disfunção dos parlamentos devido ao fortalecimento do poder executivo e a crescente dependência dos Estados de meios violentos para administrar as contradições de classe não são as causas, mas sim os sintomas da dessubstanciação da democracia. Nessas circunstâncias, eleições, parlamentos e partidos políticos podem continuar a funcionar como estruturas, mas precisamente na forma e no formato limitados que Fredrich Hayek⁵³ imaginou na década de 1960: uma democracia na qual as massas não podem sequer influenciar o funcionamento da relação mercado-Estado ou a tomada de **decisões** sobre a distribuição de recursos, muito menos uma politização capaz de minar toda a dominação do capital; uma democracia na qual a influência das massas se limita apenas a escolher **quem** pode implementar essas decisões já predeterminadas e na qual as eleições não servem a nenhum propósito além de deslocar pacificamente os governantes que tomam essas decisões arbitrariamente, e não por meio da racionalidade de mercado.⁵³ A tensão fundamental subjacente à crise democrática atual não é, portanto, entre o neoliberalismo e a democracia (liberal), como argumenta Wendy Brown,⁵⁴ mas entre o neoliberalismo e a democracia republicana, que está sendo minada à medida que as massas trabalhadoras se tornam destituídas de poder.

A abordagem que apresentamos também pode fornecer uma estrutura para explicar o contexto por trás da ascensão simultânea do

populismo de direita e de movimentos/partidos chauvinistas de extrema direita em todo o mundo. Movimentos populistas/chauvinistas de direita, que se constroem com base em um discurso que condena os principais partidos políticos, as elites políticas e as instituições democráticas burguesas estabelecidas – em outras palavras, a ordem estabelecida como um todo – e afirmam representar as pessoas que codificam como suas **vítimas** em bases étnico-religiosas, ganharam força e até chegaram ao poder em alguns países graças a uma prática democrática despojada de seu conteúdo republicano e por meio dos mecanismos e procedimentos dessa democracia. O populismo de direita conseguiu alcançar grande proeminência na era neoliberal, onde, devido ao crescente domínio do capital sobre as classes trabalhadoras e o Estado, as instituições democráticas não são mais funcionais para reproduzir a imagem de neutralidade de classe do Estado. Essas instituições, incapazes de representar princípios como a soberania popular e o bem público, foram desacreditadas, particularmente entre aqueles prejudicados pelas políticas neoliberais. A direita populista, com seu discurso que opõe as **elites políticas** ao povo, fez dessa perda de credibilidade e legitimidade uma questão política. Em contraste com os partidos políticos de centro, que continuam a conduzir a política a partir de instituições democrático-burguesas, apesar da atual crise de legitimidade e das crescentes tendências autoritárias tentam defender instituições estatais que há muito perderam sua substância republicana por princípio, os movimentos populistas de direita fizeram dessa situação o ponto de partida fundamental de seu discurso e estratégias políticas.⁵⁵ Toda essa discussão aponta para a necessidade de ver a **ascensão do populismo de direita** não como a causa do declínio da democracia, mas como um sintoma, um resultado da erosão dos valores e princípios republicanos e da dessubstanciação da democracia. Aplicando a mesma estrutura à Turquia, podemos dizer o seguinte: a democracia na Turquia não declinou principalmente porque os nacionalistas islâmicos chegaram ao poder; à medida que a democracia na Turquia gradualmente perdeu seu conteúdo republicano durante o período neoliberal, o nacionalismo islâmico foi capaz de vestir as

instituições democráticas esvaziadas e esqueléticas com suas próprias roupas e, quando essas roupas não serviam, transformou ou aboliu essas instituições.

Em “Entre o passado e o futuro”, Hannah Arendt⁵⁶ escreveu: “onde o conhecimento dos fatos não é garantido e os fatos são passíveis de contestação, a liberdade de expressão permanece uma farsa seca”.⁵⁶⁽²³⁴⁾ Podemos tirar uma conclusão semelhante sobre a relação entre república e democracia: onde os valores republicanos mais fundamentais não são garantidos, onde até mesmo princípios elementares como o interesse público, a cidadania ativa e a soberania popular são passíveis de debate, a própria democracia permanece uma farsa seca.

CONTRIBUIÇÃO AUTORAL

Todos autores contribuíram igualmente na elaboração do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Hobsbawm E. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras; 1995.
2. Mills W. İktidar Seçkinleri. İstanbul: Bilgi Yayınları; 1974.
3. Duverger M. Modern democracies: economic power versus political power. New York: Dryden Press; 1974.
4. Vázquez-Arroyo AY. Liberal democracy and neoliberalism: a critical juxtaposition. New Polit Sci. 2008;30(2):127-59. <http://doi.org/10.1080/07393140802063192>.
5. Brown W. We are all democrats now.... Theory Event. 2010;13(2). <https://doi.org/10.1353/tae.0.0133>.
6. Ross K. Satılık demokrasi. In: Hazan E. Demokrasi ne alemde. İstanbul: Metis; 2010. p. 87-104.
7. Shafik M. Capitalism needs a new social contract. Oxf Rev Econ Policy. 2021;37(4):758-72. <https://doi.org/10.1093/oxrep/grab032>.
8. Audier S. Cumhuriyet kuramlari. İstanbul: İletişim; 2006.

9. Samons L. Demokrasinin nesi var: Atina'daki uygulamalardan Amerikan ibadetine. Ankara: Dost; 2013. <https://doi.org/10.1177/0896920520929966>.
10. Çınar M. Demokrasi. In: Taşkın Y. Siyaset: kavramlar, kurumlar, süreçler. İstanbul: İletişim; 2016. p. 203-45.
11. Tilly C. Democracia. Madrid: Akal; 2010.
12. Bedirhanoglu P. Global class constitution of the AKP's 'Authoritarian Turn' by neoliberal financialization. In: Babacan E, Kutun M, Pinar E, Yılmaz Z. Regime change in Turkey: neoliberal authoritarianism, Islamism and hegemony. London: Routledge; 2021. p. 68-84.
13. Yalman G. Crisis in or of neoliberalism?: A brief encounter with the debate on the authoritarian turn. In: Babacan E, Kutun M, Pinar E, Yılmaz Z. Regime change in Turkey: neoliberal authoritarianism, Islamism and hegemony. London: Routledge; 2021. p. 15-32.
14. Boukalas C. No exceptions: authoritarian statism: Agamben, Poulantzas and homeland security. Crit Stud Terror. 2014;7(1):112-30. <https://doi.org/10.1080/17539153.2013.877667>.
15. Bruff I. The rise of authoritarian neoliberalism. Rethinking Marx. 2014;26(1):113-29. <https://doi.org/10.1080/08935696.2013.843250>.
16. Tansel CB. Authoritarian neoliberalism: towards a new research agenda. In: Tansel CB. States of discipline, authoritarian neoliberalism and the contested reproduction of capitalist order. London: Rowman and Littlefield; 2017. p. 1-28.
17. Munck R. Neoliberalism and politics, and the politics of neoliberalism. In: Saad-Filho A, Johnston D. Neoliberalism: a critical reader. London: Pluto Press; 2005. p. 60-9.
18. Crouch C. Post-democracy. Cambridge: Polity Press; 2004.
19. Ayers AJ, Saad-Filho A. Democracy against neoliberalism: Paradoxes, limitations, transcendence. Crit Sociol. 2015;41(4-5):597-618. <https://doi.org/10.1177/0896920513507789>.
20. Sellers MNS. American republicanism: Roman ideology in the United States constitution. London: Macmillan; 1994.

21. Bobbio N, Viroli N. The idea of republic. Cambridge: Polity Press; 2003.
22. Žižek S. Demokrasiden tanrısıl şiddete. In: Hazan E. Demokrasi ne alemde. İstanbul: Metis; 2010. p. 104-25.
23. Sandel MJ. Democracy's discontent: America in search of a public philosophy. London: Harvard University Press; 1998.
24. Rudé G. Fransız devrimi. İstanbul: İletişim; 2015.
25. Güllal H. Laiklik, vatandaşlık, demokrasi. İstanbul: Metis; 2018.
26. Willoughby J. Understanding the emergence of authoritarian capitalist states: looking backward to see forward. Rev Radic Polit Econ. 2019;51(4):670-86. <https://doi.org/10.1177/0486613419843640>.
27. Wood EM. Kapitalizm Demokrasiye Karşı. Yordam Kitap: İstanbul, 2008.
28. Archer MS. Realist social theory: the morphogenetic approach. Cambridge: Cambridge University Press; 1995.
29. Sayer D. Realism and social science. London: Sage; 2000.
30. Mısır M. B. Anayasal tasarimin demokratik teorisine giriş. İstanbul: Pinhan; 2021.
31. Saad-Filho A. From Covid-19 to the end of neoliberalism. Crit Sociol. 2020;46(4-5):477-85. <https://doi.org/10.1177/0896920520929966>.
32. Bonefeld W. The strong state and the free economy. London: Rowman and Littlefield; 2017.
33. Aglietta M. Capitalism at the turn of the century: regulation theory and the challenge of social change. New Left Rev. 1998;(232):41-90.
34. Harvey D. Neo-liberalism as creative destruction. Geogr Ann Ser B. 2006;88(2):145-58. <https://doi.org/10.1111/j.0435-3684.2006.00211.x>.
35. Bedirhanoglu P. Cumhurbaşkanlığı hükümet sistemi ve Türkiye'de ekonomi yönetiminin dönüşümü: neoliberalizmin sonu mu?. In: Karaçimen E, Yaman M, Özkaplan N, Akduran Ö, Oğuz Ş. Nuray Ergüneş için yazılar: finansallaşma, kadın emeği ve devlet. İstanbul: SAV; 2019. p. 211-32.

36. Berardi FB. Futurability: the age of impotence and the horizon of possibility. London: Verso; 2020.
37. Peters J. The Rise of finance and the decline of organised labour in the advanced capitalist countries. *New Polit Econ*. 2011;16(1):73-99.
<https://doi.org/10.1080/13563461003789746>.
38. Panitch L, Gindin S. Capitalist crises and the crisis this time. In: Panitch L, Albo G, Chibber V. *The crisis this time, socialist register*. London: The Merlin Press; 2010. p. 1-20.
39. Lebow D. Trumpism and the dialectic of neoliberal reason. *Perspect Politics*. 2019;17(2):380-98. <https://doi.org/10.1017/S1537592719000434>.
40. Sawyer M. What Is financialization?. *Int J Polit. Econ*. 2013;42(4):5-18.
<https://doi.org/10.2753/IJP0891-1916420401>.
41. Nölke A. Financialization and the crisis of democracy. In: Mader P, Mertens D, van der Zwan N. *The Routledge international handbook of financialization*. London: Routledge; 2020. p. 425-36.
42. Fine B. Neoliberalism as financialisation. In: Saad-Filho A, Yalman G. *Economic transitions to neoliberalism in middle-income countries: policy dilemmas, crises, mass resistance*. London: Routledge; 2010. p. 11-23.
43. Soederberg S. *Debtfare states and the poverty industry*. London: Routledge; 2014.
44. Haiven M. Finance as capital's imagination?: reimagining value and culture in an age of fictitious capital and crisis. *Social Text*. 2011;29(3(108)):93-124.
<https://doi.org/10.1215/01642472-1299983>.
45. Fabry A, Sandbeck S. Introduction to special issue on 'authoritarian neoliberalism'. *Compet Change*. 2019;23(2):109-15.
<https://doi.org/10.1177/1024529418813827>.
46. Hibou B. *Privatizing the state*. New York: Columbia University Press; 2004.
47. Hülal F. *Police reform in Turkey: human security, gender and state violence under Erdoğan*. London: I. B. Tauris; 2021.

48. Dölek Ç. Privatization of security as a state-led and class-driven process: the case of Turkey. *Sci Soc.* 2015;79(3): 414-41.
<https://doi.org/10.1521/siso.2015.79.3.414>.
49. Bedirhanoglu P, Dölek Ç, Hülügü F. The transformation of internal security and of the state in Turkey during the AKP rule: a class-based analysis. *J Entwickl Polit.* 2016;32(1/2):21-41. <https://doi.org/10.20446/JEP-2414-3197-32-1-21>.
50. Picciotto S. *Regulating global corporate capitalism.* Cambridge: Cambridge University Press; 2011.
51. Storey A. Authoritarian neoliberalism in Europe: the red herring of ordoliberalism. *Crit Sociol.* 2019;45(7-8):1035-45.
<https://doi.org/10.1177/0896920519845430>.
52. Gauchet M. *Yurttaşını arayan demokrasi.* İstanbul: İletişim; 2013.
53. Hayek F. *The constitution of liberty.* Chicago: The University of Chicago Press; 1960.
54. Brown W. *Halkın çözülüşü: neoliberalizmin sinsi devrimi.* İstanbul: Metis; 2018.
55. Saraçoğlu C. Sol-popülizm ve faşizm üzerine yöntemsel bir tartışma: küresel örüntüler, ulusal özgünlükleri birlikte anlamak. *Praksis.* 2015;(44-45):1081-104.
56. Arendt H. *Between past and future.* London: Blackwell; 2005. Truth and politics; p. 295-315.